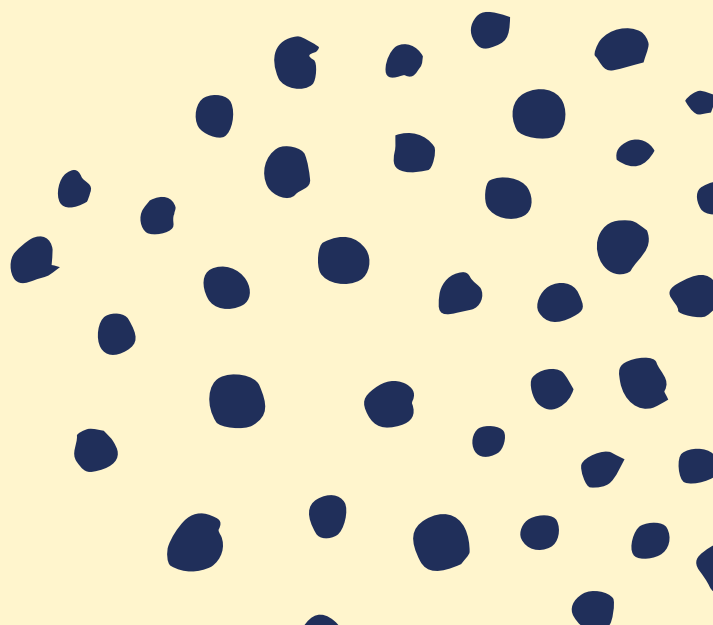




# Municipalização nas escolas em Santo André

Os principais  
desafios  
enfrentados pelas  
gestoras escolares

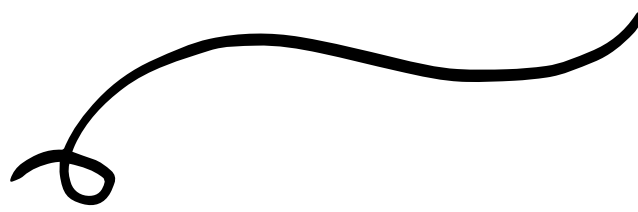
Roberta Formigari  
Ribeiro



# Sobre a autora

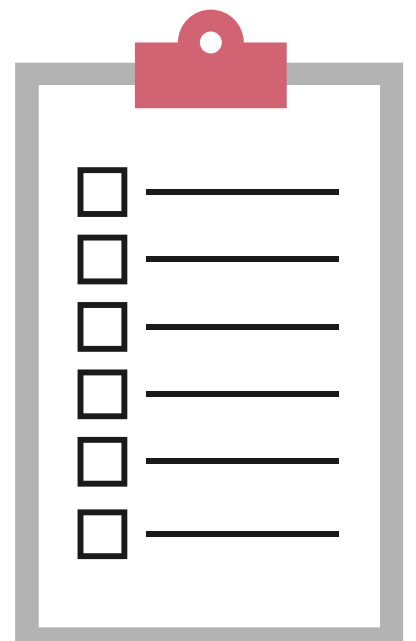


- Mestra pela USCS (Universidade de São Caetano do Sul) na linha de Pesquisa de Política e Gestão da Educação.
- Graduada em Pedagogia pelo Centro Universitário Fundação Santo André em 1998.
- Concurzada, desde 2000, como professora de educação infantil e ensino fundamental pela Prefeitura Municipal de Santo André.
- Atua na área de Educação desde 1996, com experiência desde Educação Infantil até o Ensino Fundamental.
- Atualmente, é coordenadora Pedagógica no Município de Santo André, estendo nesta função desde 2006.
- Já trabalhou com Educação Inclusiva e também com formação de professores e formadores.
- Pós-graduada em Alfabetização e Educação Infantil.
- Concluiu vários cursos voltados a educação inclusiva, Alfabetização, alfabetização e metodologias da matemática.
- Foi formadora do Projeto PROFA (Professora Alfabetizadora) em Santo André sob o nome de Ação Escrita.



# Sumário

1. Apresentação
2. Introdução
3. O contexto Educacional de Santo André
4. Registros Documentais
5. Principais desafios enfrentados pelos gestores
6. Sugestões para as próximas ações de municipalização
7. Considerações Finais
8. Referências



# APRESENTAÇÃO

- O processo de municipalização das escolas em Santo André, colocou muitos desafios tanto para a gestão administrativa e pedagógica do município como para as unidades escolares.
- Diante do exposto, convidamos você a refletir a seguinte problemática:

***Quais os desafios enfrentados pelos gestores escolares nos processos de municipalização das escolas em Santo André?***

- Nesse e-book, pretendemos apresentar um debate sobre a municipalização das escolas em Santo André, assim como apresentar os principais desafios enfrentados por esses gestores.



# INTRODUÇÃO

- A municipalização das escolas em Santo André teve início no ano de 1990, com promulgação da Lei Orgânica do Município (Lei Orgânica Municipal nº 1, de 08/04/1990) e a criação do seu próprio Sistema Municipal de Ensino.
- Desde então, a Secretaria de Educação do município passou a se responsabilizar pela organização e gestão de sua própria rede de escolas.
- Esse processo se insere no contexto de (re)democratização do país e de reorganização da administração pública, previsto na Constituição Federal de 1988.



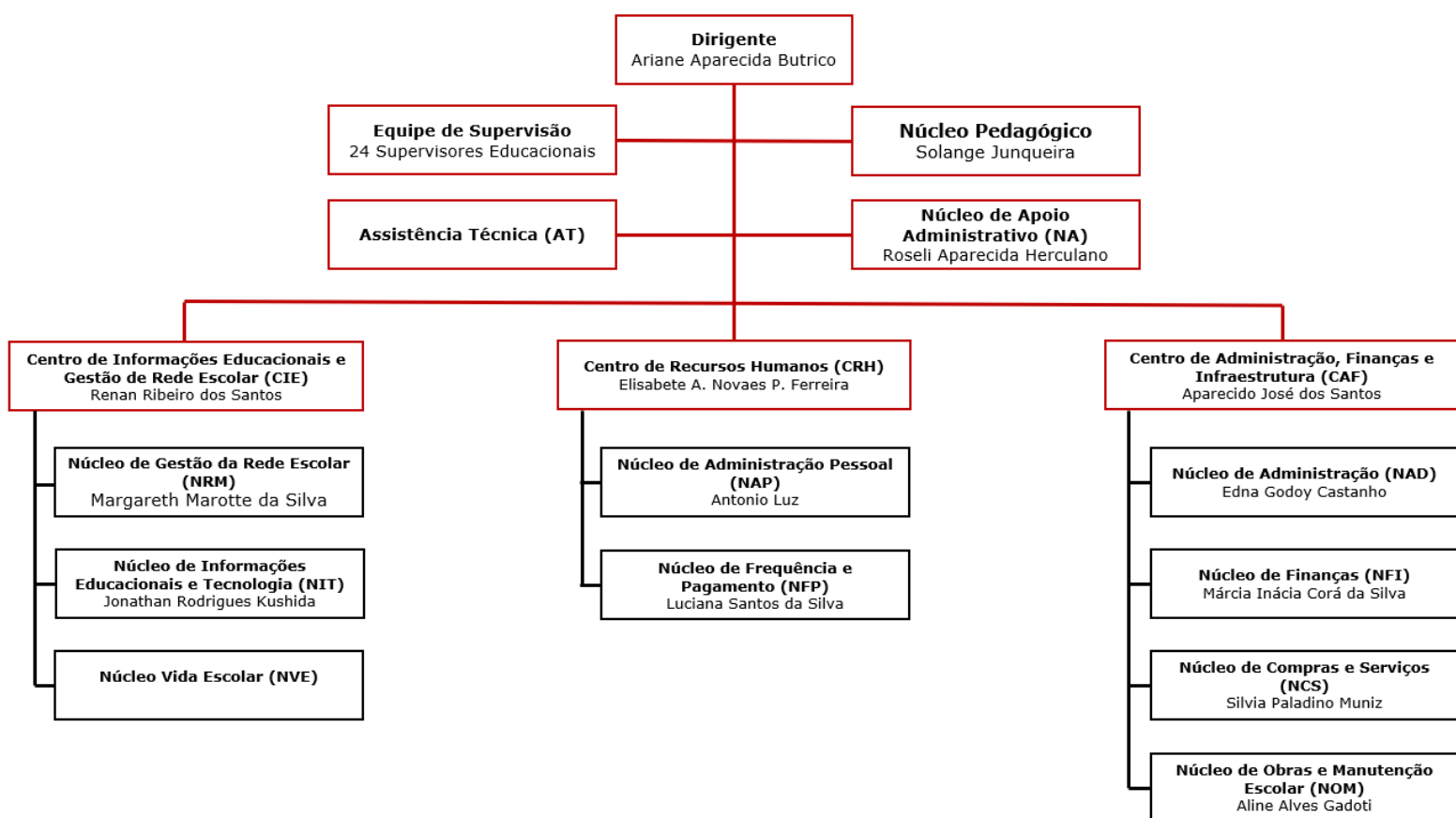
- Em Santo André, foi somente em 2010 que se concretizou o primeiro projeto de municipalização de escolas estaduais do município.
- Nesse primeiro processo seis (6) escolas estaduais foram municipalizadas.
- O segundo grande projeto de municipalização ocorreu em 2021, com a incorporação de dezessete (17) escolas estaduais à rede municipal de Santo André.
- Empiricamente, tem sido possível observar que nesses dois momentos o processo de transição colocou muitos desafios tanto para a gestão administrativa e pedagógica do município como para as unidades escolares.





# O CONTEXTO EDUCACIONAL DE SANTO ANDRÉ

O organograma da Diretoria de Ensino de Santo André conta com o formato:



# O CONTEXTO EDUCACIONAL DE SANTO ANDRÉ

Abaixo segue a tabela, com o número de escolas por dependência administrativa e por etapa da educação Básica, no ano de 2022. E também o total de professores do Ensino Fundamental.

Dependência Administrativa	Educação Infantil (Creche/Pré-escola)	Ensino Fundamental Regular	Ensino Médio Regular	EJA	Total*
Estadual	0	69	59	12	73
Municipal	96	67	0	23	118
Privada	191	100	43	0	236
<b>Total</b>	<b>287</b>	<b>236</b>	<b>102</b>	<b>35</b>	<b>427</b>

Fonte: elaborado pela autora com base no Censo Escolar (2022)

\*O número total de escolas pode ser inferior à soma das escolas por etapa de ensino, o que significa que mais de uma etapa de ensino é oferecida pela mesma escola

## Total de professores no Ensino Fundamental


Total de Professores Anos Iniciais Ensino fundamental	Santo André
<b>Total</b>	2.464
<b>Municipal</b>	1.084
<b>Estadual</b>	365
<b>Privada</b>	1.032

Fonte: Elaborado pela autora, com base em dados do Censo Escolar (2023)




# REGISTROS DOCUMENTAIS

Devido à ausência de documentos e registros oficiais na Secretaria Municipal de Educação, a história inicial da rede municipal de educação acaba sendo narrada por profissionais e documentos por eles arquivados, datadas da década de 1980 e 1990 e os documentos oriundos dos decretos e leis da Câmara Municipal da cidade.

- **1950:** Desapropriação de terrenos municipais e doação para o Estado a fim de construir os Grupos Escolares com salas de escola Primária.
  - **Década de 1970:** Iniciou-se a construção das escolas “Pré-Primárias”. Após a promulgação da lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira de 1971, os municípios ficaram responsáveis pelo atendimento das escolas pré-primárias.
  - **Década de 1980:** Já existiam dez escolas de “pré-primário” nomeadas como CEAR (Centro Educacional, Assistencial e Recreativo) mantidas, entre outras formas, com uma taxa anual paga pelos pais dos alunos que frequentavam, exclusivamente com alunos de 5 e 6 anos.
  - **Década de 1990:** Educação de Jovens e Adultos, organização da rede municipal de ensino própria e a criação do Conselho Municipal de Educação, através da Lei Orgânica Municipal nº 1 de 08/04/1990.
- 



# REGISTROS DOCUMENTAIS

- Por fim, a nomenclatura das escolas passa de CEAR (Centro Educacional, Assistencial e Recreativo) para EMEI (Escola Municipal de Educação Infantil), com a adequação dos prédios e o controle e responsabilidade de manutenção por parte da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte (SECE).
  - Partindo da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, que previu a descentralização da gestão educacional para os municípios, a municipalização educacional no Estado de São Paulo começou a ser implementada.
  - Com o Decreto Nº 40.673, de 16 de fevereiro de 1996, foi instituído o Programa de Ação de Parceria Educacional Estado Município para atendimento ao ensino fundamental, com o objetivo de desenvolver o ensino fundamental através de ação conjunta dos poderes executivos estadual e municipal, onde a municipalização das escolas era um dos itens importantes para a consolidação deste programa.
  - A municipalização das escolas é vista como uma forma de descentralizar a gestão educacional e permitir uma maior participação da comunidade na definição e execução das políticas educacionais.
- 

# REGISTROS DOCUMENTAIS

## Escolas Municipalizadas na cidade de Santo André no ano de 2011

Escolas	Bairro
EMEIEF Júlio Nunes Nogueira,	Jardim do Estádio
EMEIEF João de Barros Pinto	Utinga
EMEIEF Nicolau Moraes de Barros	Bairro Silveira
EMEIEF Odylo Costa Filho	Vila Guiomar
EMEIEF Maria da Penha de Almeida Manfredi	Vila Curuçá
EMEIEF Miguel Ruiz	Cidade São Jorge

Fonte: elaborado pela autora, com base em dados da Câmara Municipal de Santo André - Decreto Municipal nº 16087 de 17 de setembro de 2010

## Escolas Municipalizadas na cidade de Santo André no ano de 2022

Escolas	Bairro
EMEIEF Doutor Alberto Francia Gomes Martins	Vila Alto de Santo André
EMEIEF Professor Antônio de Campos Gonçalves	Campestre
EMEIEF Professor Benedito Gomes de Araújo	Vila Pires
EMEIEF Camilo Peduti	Jardim Utinga
EMEIEF Carlos Vicente Cerchiarì	Vila Progresso
EMEIEF Professor Celestino Bourroul	Jardim Vila Rica
EMEIEF Professor Ênio Mario Bassalho de Andrade	Vila Príncipe de Gales
EMEIEF Professor Felipe Ricci de Camargo	Parque Novo Oratório
EMEIEF Professora Francisca Helena Furia	Recreio da Borda do Campo
EMEIEF Professor Gabriel Oscar de Azevedo Antunes	Jardim Bela Vista
EMEIEF Professora Hermínia Lopes Lobo	Vila Assunção
EMEIEF Papa João XXIII	Vila Matarazzo
EMEIEF Professor Joaquim de Carvalho Terra	Vila Marina
EMEIEF Professor José Augusto Leite Franco	Parque Erasmo Assunção
EMEIEF Doutor Júlio Pignatari	Jardim Teles De Menezes
EMEIEF Professor Paulo Sinna	Vila Tibiriçá
EMEIEF Reverendo Simão Salem	Vila Palmares

Fonte: elaborado pela autora, com base em dados da Câmara Municipal de Santo André - Decreto Municipal nº 17882 de 2 de fevereiro de 2022

# REGISTROS DOCUMENTAIS



- Fica evidente que existe uma diferença conceitual que interfere nas formas de administrar e coordenar as escolas estaduais e municipais, principalmente ao analisar todas as partes envolvidas no processo de municipalização.
- São documentações, orientações, costumes com ideologias discrepantes que precisam coexistir e se encaixarem para o bom desenvolvimento dos processos pedagógicos e administrativos.
- As unidades escolares foram se adaptando as condições apresentadas, incluindo as diferentes vertentes de trabalho, concepções, gestão pedagógica, espaços, entre outros.



# PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS GESTORES

- Com base na pesquisa realizada, o que de imediato percebemos é que a municipalização pode influenciar positiva ou negativamente o cotidiano escolar.
- As inúmeras variáveis (disposição da equipe, mudanças na infraestrutura e nas diretrizes, concepções etc.) impactam diretamente no sucesso da descentralização das escolas.
- Os temas propostos permitiram que os depoimentos não fossem estanques e que tivéssemos uma percepção mais totalizante do fenômeno estudado.
- A seguir iremos tratar sobre os principais desafios, a partir das falas dos participantes da pesquisa.



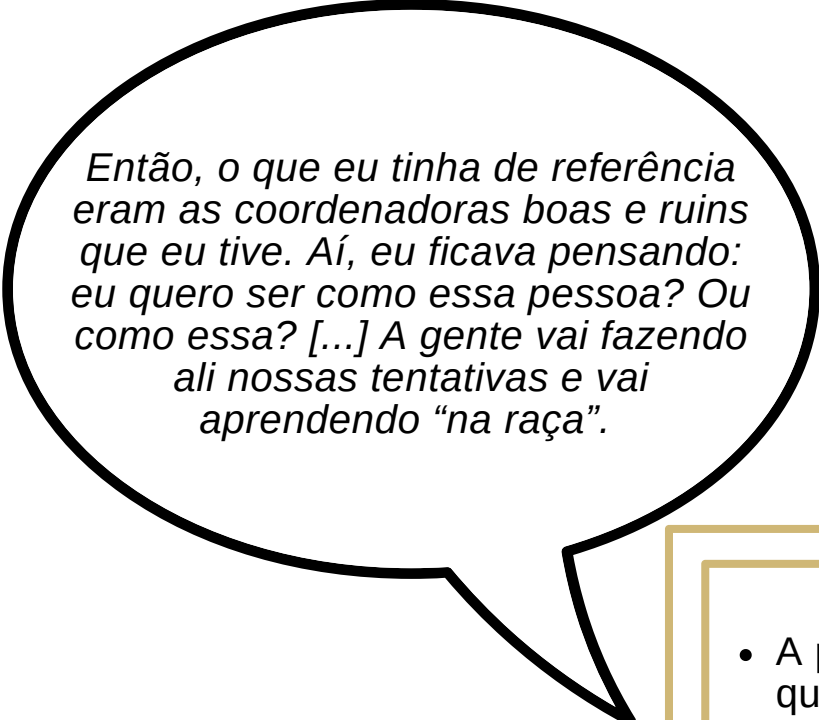
# PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS GESTORES

*“Eu estudei em uma EMEI, né? [...] Meus irmãos estudaram quando era o cear, ainda. [...] Meus irmãos fizeram o Pré ali [...] depois eu tive a oportunidade, na rede, de trabalhar com a minha professora, eu como professora e ela também como professora. Então essas coisas de afeto também vão fazendo, né?”*

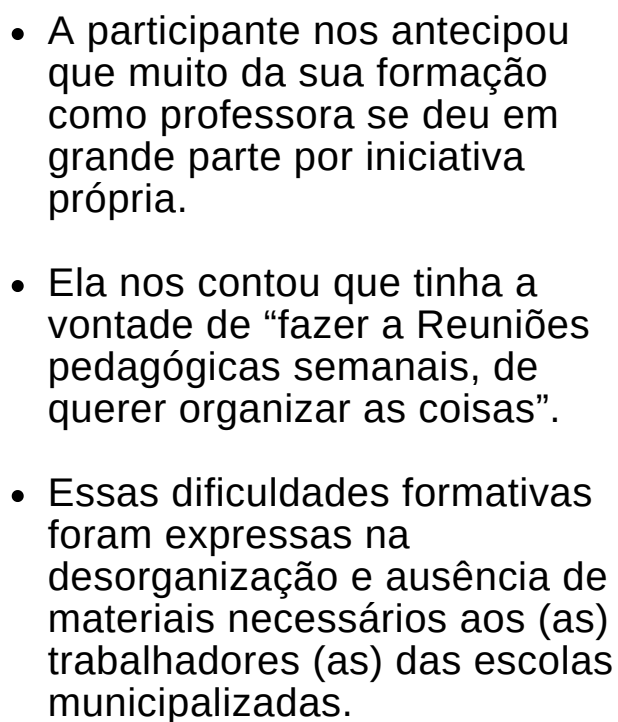

- O primeiro ponto que nos chama a atenção é que nenhuma política educacional é unilateralmente objetiva.
- São inúmeros sujeitos que se relacionam direta ou indiretamente, mesclando afetos, recordações e experiências que se complexificam ao longo do tempo.
- Contudo, apesar das boas recordações como estudante e trabalhadora da EMEI, a participante não se furtou a fazer as críticas necessárias.
- Ela relata que “assumi como AP sem nenhum preparo para isso”.



# PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS GESTORES



*Então, o que eu tinha de referência eram as coordenadoras boas e ruins que eu tive. Aí, eu ficava pensando: eu quero ser como essa pessoa? Ou como essa? [...] A gente vai fazendo ali nossas tentativas e vai aprendendo “na raça”.*

- 
- A participante nos antecipou que muito da sua formação como professora se deu em grande parte por iniciativa própria.
  - Ela nos contou que tinha a vontade de “fazer a Reuniões pedagógicas semanais, de querer organizar as coisas”.
  - Essas dificuldades formativas foram expressas na desorganização e ausência de materiais necessários aos (as) trabalhadores (as) das escolas municipalizadas.
- 

# PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS GESTORES

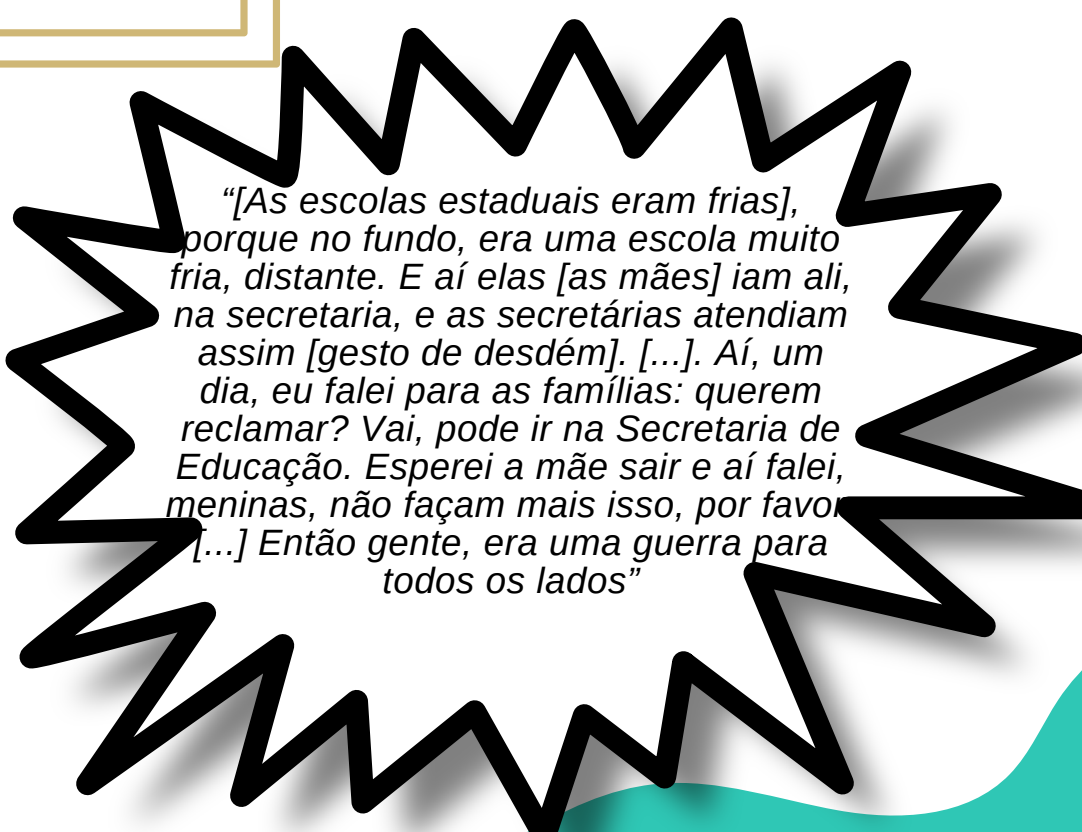
*[...] E pra mim era um contrassenso, porque o material [guardado no porão] era maravilhoso. Não tenho o que dizer, todo prontinho ali. [...] Com o “Formadores do saber” [material fornecido pela secretaria da educação de Santo André, na pessoa de Cleide Bauab Eid Bochixio], eu passei por situações como ter que trazer um monte de material para casa para fazer a revisão técnica daquele material que chegou cheio de erros*

- O material criticado foi disponibilizado pela prefeitura na gestão municipal de 2009 a 2012.
- Para a participante, o “Formadores do Saber”[1] inviabilizou a formação pedagógica de professoras, uma vez que, além dos problemas técnicos do material, a partilha do que já existia foi “ignorado”, o que evidenciou uma divergência de concepção entre a rede municipal e estadual




# PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS GESTORES

Dentre as principais dificuldades, a professora afirma que quem vinha do município para uma unidade estadualizada, estranhava, sobretudo a mudança no “clima escolar” (isto é, a relação entre as pessoas que ali frequentavam).



*“[As escolas estaduais eram frias], porque no fundo, era uma escola muito fria, distante. E aí elas [as mães] iam ali, na secretaria, e as secretárias atendiam assim [gesto de desdém]. [...]. Aí, um dia, eu falei para as famílias: querem reclamar? Vai, pode ir na Secretaria de Educação. Esperei a mãe sair e aí falei, meninas, não façam mais isso, por favor [...] Então gente, era uma guerra para todos os lados”*



# PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS GESTORES


Entre os tópicos abordados, destacam-se alguns pontos citados pelos participantes da pesquisa:

- A descentralização das escolas estaduais não foi sistematizada e isso gerou muitos desencontros entre o que já se tinha de material e o que seria produzido e distribuído ao município;
- A forma com que a transferência das escolas para o município chegou às escolas estaduais não gerou uma espécie de “reeducação” (novas formas de se compreender a gestão escolar) dos (as) trabalhadores (as) envolvidos no processo;
- A não-consideração dos trabalhadores (as) da educação no processo de formulação e implementação da municipalização contribui para entendermos que as instituições educacionais precisam ser democráticas;





# PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS GESTORES

- Ausência de fiscalização do trabalho, por parte da secretaria estadual;
  - Importância da permanência da coordenadora na escola (que outrora foi estadual), pela articulação com a equipe escolar do local como um todo;
  - Pouco incentivo do governo municipal e baixa valorização dos (as) trabalhadores (as) da educação (professores (as), gestores (as), etc.) que também impacta profundamente no cotidiano escolar;
  - A lotação das salas, o salário, a falta de preparo sistematizado, a imposição de responsabilidades do governo às próprias escolas, geram um estado de estresse generalizado, que podem ser danosos a longo prazo;
  - A estrutura predial: as escolas estaduais têm por padrão uma estrutura em que existem muitas escadas (“Prédios monumentos”). Essa característica marca também esta passagem de esfera de poder, pois acaba dificultando a inclusão de crianças com deficiências físicas.
  - A municipalização tem benefícios, mas da forma como tem sido implementada, traz problemas graves e que poderiam ser evitados se houvesse um comprometimento real com a descentralização da educação
- 

# EM SÍNTESE

Ademais, cada escola municipalizada terá diferentes desafios: algumas podem encontrar dificuldades do ponto de vista pedagógico, outras na equipe, ou de ordem estrutural.

Alguns dos pontos principais levantados para possibilitar uma menor dificuldade nos levam a análise de que isso só é possível quando:

- 1) O Estado não trate a municipalização da educação apenas como uma transferência formal na gestão da escola;
- 2) O município encare o processo como uma vantagem, que possibilita maior autonomia local nas diretrizes e no funcionamento das escolas;
- 3) Haja uma cooperação constante entre a gestão e a equipe escolar, não somente no sentido de um “participacionismo vazio”, mas na direção de uma ampliação democrática de todos os reais afetados pela educação;
- 4) Os governos, comprometam-se com a pauta, tornando-a relevante para todos (as) os que o apoiam ou não.





# SUGESTÕES PARA AS PRÓXIMAS AÇÕES DE MUNICIPALIZAÇÃO

- Apresentar para os membros das escolas a serem municipalizadas o perfil das EMEIEFs da cidade de Santo André, bem como a estrutura de trabalho da Secretaria de Educação, antes mesmo de serem tomadas as decisões pelos possíveis conveniados (professores e demais funcionários do Estado);
- Realizar reuniões nos núcleos a serem municipalizados a fim de esclarecer as dúvidas e as orientações individuais;
- Elencar as necessidades das escolas a serem municipalizadas diante de seus coletivos;
- Orientar a comunidade escolar previamente com relação à mudança de gestão e as implicações desta mudança;
- Apresentar os princípios que regem a Secretaria de Educação Municipal, como Inclusão, acesso, permanência, busca ativa, etc.;
- Agrupar as escolas em um único setor de Coordenação a fim de afinar as ações e direcionar as dúvidas específicas para apenas uma pessoa.



# Considerações Finais

Os efeitos colaterais da municipalização da educação incorreram em uma série de desafios;

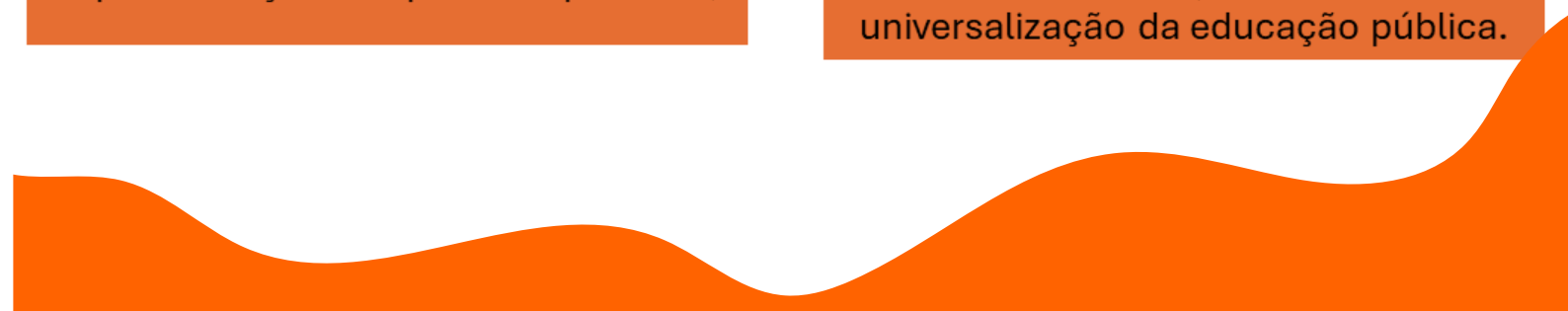
Na prática, a municipalização da educação pelo viés neoliberal, significou a transferência de recursos e responsabilidades para as prefeituras e o estímulo ao desenvolvimento de parcerias com o setor privado;

Essa visão da municipalização é criticada por muitos especialistas em educação, que apontam o risco de precarização e desigualdade na oferta de serviços educacionais;

Pode gerar uma fragmentação da política educacional, com cada município desenvolvendo suas próprias políticas e estratégias, o que pode dificultar a implementação de políticas públicas mais amplas e consistentes;

A pesquisa realizada, nos fizeram ter uma noção mais aprofundada de que, não se trata de reduzir o debate para “a municipalização foi boa ou ruim”, mas sim compreender que os (as) sujeitos afetados precisam participar amplamente da formulação e implementação das políticas públicas;

Consideramos fundamental que as Secretarias de Educação elenquem todos os entraves levantados por educadores comprometidos com uma educação pública e, tornem possível uma municipalização que deixe de ser sinônimo de ausência de responsabilidade e passe a significar mais autonomia, democracia e universalização da educação pública.



# REFERÊNCIAS

ABRUCIO, F. L. ; SEGATTO, C. I. . O Manifesto dos pioneiros e o federalismo brasileiro: percalços e avanços rumo a um sistema nacional de educação .. In: Celio da Cunha; Moacir Gadotti; Genuino Bordignon; Flavia Nogueira. (Org.). O Sistema Nacional de Educação: Diversos olhares 80 anos após o Manifesto. 1ed. Brasília: Unesco, 2014, v. 1, p. 40-57.

ADRIÃO, T., Oferta do Ensino Fundamental em São Paulo: um novo modelo. Educação & Sociedade, 29 (102), 79-98. <https://doi.org/10,1590/S0101-73302008000100005ALVAREZ, 2021>.

ARELARO, L. R. G. A municipalização do ensino no estado de São Paulo: antecedentes históricos e tendências. Municipalização do ensino no Brasil: algumas leituras. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. Acesso em: 21 abr. 2023.

ARELARO, L. R. G.; JACOMINI, M. A., & KLEIN, S. B. (2011) O ensino fundamental de nove anos e o direito à educação. Educação E Pesquisa, 37 (1), 35-51, <https://doi.org/10,1590/S1517-97022011000100003>.

ARELARO, Lisete. Escritos sobre políticas públicas em educação. Universidade de São Paulo. Faculdade de Educação, 2020. DOI: Disponível em: [www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/622](http://www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/622). Acesso em 17 dez. 2023.

ARRECHTE, M, Mitos da descentralização: mais democracia e eficiência nas políticas públicas? Revista Brasileira de Ciências Sociais, v11, nº 31, pp. 44-66, junho 1996.

AZANHA, J. M. P. (1991). Cultura escolar brasileira: Um programa de pesquisas. Revista USP, 8, 65-69. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i8p65-69>.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 07 jun. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. MEC. Brasília, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em: 07 jun. 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da Educação Básica 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da Educação Básica 2023.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Diretrizes e Bases da Educação Brasileira. Rio de Janeiro, DF Presidência da República, 20 dez. 1961. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 8 maio 2022.  
.rnos de Pesquisa, n. 115, p. 139-154, 2002.

# REFERÊNCIAS

- BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Diretrizes e Bases da Educação Brasileira. Brasília, DF: Presidência da República, 11 ago.1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 6.nov. 2022.
- BRASIL. Constituição (1891) Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 1891.
- BRASIL. Constituição (1934) Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 1934.
- BRASIL. Constituição (1946) Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 1946.
- BRASIL. Constituição (1967) Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1967.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado federal. Outubro de 1988.
- BRASIL. Lei 9.424, de 24/12/96 dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, Brasília, 1996.
- BRASIL, Lei 11.494, de 20/06/2007 dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de valorização do Magistério – FUNDEB, Brasília, 2007.
- CÂNDIDO, L.G., A criação da Rede Municipal de Educação de Santo André: das primeiras escolas à implantação do Centro Educacional, Assistencial e Recreativo - CEAR (1954 – 1982), Guarulhos,2022.
- CASA, V. M. Políticas educacionais no município de Rosana: a municipalização da educação nas escolas de ensino fundamental do assentamento Gleba XV de Novembro - um projeto de política social. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2005.
- CHIZZOTTI, A. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. Revista Portuguesa de Educação. 2003, 16(2), 221-236[fecha de Consulta 5 de Maio de 2023]. ISSN: 0871-9187. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=37416210>. Acesso em: 13 de maio de 2023.
- CUNHA, C. da; ADOTTI, M.; NOGUEIRA, C. M. de B. (Orgs.). O Sistema Nacional de Educação: diversos olhares 80 anos após o Manifesto. Brasília: Ministério da Educação, 2014. p. 43-61.
- CURY, C. R. J. A constituinte paulista de 1891, a constituição estadual de 1891 e a educação escolar. Revista Educação e Sociedade. Campinas, p. 4, 2022. <https://doi.org/10.1590/ES.261337>.

# REFERÊNCIAS

- CURY, C. R. J. (2014). A qualidade da educação brasileira como direito. *Educação & Sociedade*, 35 (129), 1053-1066. <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302014143981>
- DEJOURS, C. (1992). *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho* (5a ed.). São Paulo: Cortez; Oboré.
- DEJOURS, C.; DESSORS, D.; DESRIAUX, F. Por um trabalho, fator de equilíbrio. *Revista de Administração de Empresas*, [s.l.], v. 33, n. 3, p. 98-104, jun. 1993. Fap UNIFESP (SCIELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0034-75901993000300009>.
- DEWEY, J. (1979). *Democracia e Educação*. (4. Ed.; Tradução de Godofredo Rangel e Anísio Teixeira. Estudo preliminar de Leonardo Van Acker). Companhia Editora Nacional. (Trabalho original publicado em 1916).
- DEWEY, J. *Democracia e Educação: Introdução à Filosofia da Educação*. 3ª. ed. Trad. Godofredo Rangel e Anísio Teixeira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959
- DUARTE, R. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. *Cadernos de Pesquisa*, n. 115, p. 139-154, 2002.
- ESPOSITO, I. R.; NASCENTE, R. M. M. Características do processo de municipalização do ensino fundamental I no estado de São Paulo. *Educação e Linguagens, Campo Mourão*, v. 11, n. 22, p. 140-164, 13 dez. 2022. Semestral.
- FARIA FILHO, L. M. DE.; VIDAL, D. G. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, n. 14, p. 19-34, maio 2000.
- FRANCO, M.L.P.B. *Análise de Conteúdo*. 2ª. Ed. Brasília: Liber Livros Ed., 2005.
- FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. 17 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, P. *Educação como prática de liberdade*. 20. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- FREITAS, L. C. D. (2004). A avaliação e as reformas dos anos de 1990: novas formas de exclusão, velhas formas de subordinação. *Educação & Sociedade*, 25, 131-170, 2004.
- FREITAS, L. C. D. Três teses sobre as reformas empresariais da educação: perdendo a ingenuidade. *Cadernos Cedes*, 36, 137-153, 2016.
- GARCIA, P. & VESSIO, F. (2022). Um estudo sobre as decorrências do processo de municipalização: o caso das escolas ocupando o mesmo espaço. *Educação, Ciência e Cultura*. 27. 10.18316/recc.v27i1.8863
- GASKEL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: GASKEL, G.; BAUER, M. W. (Org). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2002. P. 64 – 89.

# REFERÊNCIAS

- GONÇALVES, L. de J. Os saberes necessários à formação e atuação das professoras assessoras de educação inclusiva no Município de Santo André. 2020. 277 f. Dissertação (Programa de Mestrado em Gestão e Práticas Educacionais) - Universidade Nove de Julho, São Paulo.
- GUBA, E.; LINCOLN, Y. *Naturalistic Inquiry*. Newburg Park: Sage, 1996
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2022
- LACZYNSKI, P. A influência do FUNDEF no processo de municipalização do ensino fundamental no estado de São Paulo. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, São Paulo, v. 9, n. 38, 2004. DOI: 10.12660/cgpc.v9n38.44022. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cgpc/article/view/44022>. Acesso em: 17 abr. 2024.
- LIMA ROCHA, J.A. *Anísio em movimento*. Brasília: Senado Federal, DF: 1992.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. *Métodos de coleta de dados: observação, entrevista e análise documental*. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. 2. Ed. São Paulo: Editora EPU, 1986, p.35-44.
- MANCILHA, M. de L. T. G. *O currículo do Ensino Fundamental das escolas municipais de Santo André: concepções, histórias e memórias (2005 – 2016)/ Dissertação (Mestrado Profissional em Educação)*. Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS). 173f., São Caetano do Sul, 2020.
- MARTINS, A. M. *Autonomia e educação: a trajetória de um conceito*. *Cadernos de Pesquisa*, n. 115, março/ 2002
- MARTINS, A. M. *Uma análise da municipalização do ensino no Estado de São Paulo*. *Cadernos De Pesquisa*, p. 221-238, 2003 <https://doi.org/10.1590/S0100-15742003000300011>
- MELLO, G. N. de. *Políticas públicas de educação*. *Estudos Avançados*, 5 (Estud. av., 1991 5(13)), 7–47. <https://doi.org/10.1590/S0103-40141991000300002>.
- MELLO, M. M. *A questão da municipalização da educação em Guarulhos: 1997-2004*. 2007.
- MILITÃO, S. (2015). *Municipalização do ensino fundamental no contexto da política de fundos (FUNDEF-FUNDEB): análise de dois municípios paulistas*. *Atos de Pesquisa em Educação*. 10. 943. 10.7867/1809-0354.2015v10n3p943-970.
- MORESI, E. *Metodologia de Pesquisa*, Brasília: UCB, 2003.
- NASCIMENTO, T.O., & MILITÃO, S.C. *Municipalização do ensino fundamental no estado de São Paulo e melhorias da qualidade educacional: uma associação possível*. *Colloquium Humanarum*, 13, 36-41, 2016.

# REFERÊNCIAS

OLIVEIRA, I. B. (Org.) Narrativas: outros conhecimentos, outras formas de expressão. Petrópolis, RJ: DP, 2010.

OLIVEIRA, R. T. C.; GÖEDERT, D. Relações intergovernamentais na educação básica: estado e municípios de Mato Grosso do Sul. Série-Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB, [S. l.], v. 28, n. 64, p. 69–88, 2023. DOI: 10.20435/serieestudos.v28i64.1829. Disponível em: <https://serieucdb.emnuvens.com.br/serie-estudos/article/view/1829> . Acesso em: 12 mar. 2024.

PERONI, V. M. V. A gestão democrática da educação em tempos de parceria entre o público e o privado. Pro-posições, 23 (Pro-Posições, 2012 23(2)), 19–31. <https://doi.org/10.1590/S0103-73072012000200003>.

ROMANELLI, O.O. História da Educação no Brasil. 39º ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

SANTO ANDRÉ, História de Santo André, 2024. <https://web.santoandre.sp.gov.br/portal/servicos/1001/historia-de-santo-andre>. Acesso em: 18 de abr. 2023

SANTO ANDRÉ, Câmara Municipal de Santo André – Decreto 16.087 de 17 setembro de 2010.

SANTO ANDRÉ, Câmara Municipal de Santo André – Decreto 17.882 de 02 fevereiro de 2022.

SANTO ANDRÉ, Lei Orgânica do Município nº 1 de 08 de abril de 1990.

SÃO PAULO, Decreto 40.673 de 16 fevereiro 1996, institui o Programa de Ação de Parceria Educacional Estado-Município, com o objetivo de desenvolver o ensino fundamental através de ação conjunta dos poderes executivos Estadual e Municipal – São Paulo, Brasil

SAVIANI, D. Sistemas de ensino e planos de educação: o âmbito dos municípios. Educação & Sociedade, Campinas, SP, v. 20, n. 69, p.119-136, dez. 1999.

SAVIANI, D. O legado educacional do regime militar. Cadernos Cedes, v. 28, p. 291-312, 2008.

SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Banco de Dados de Informações dos Municípios Paulistas. São Paulo: 2024

SILVA JÚNIOR, C. A. Administração educacional no Brasil: a municipalização do ensino no quadro das ideologias de conveniência. São Paulo: 2022

SILVA, J. C. S. A reforma Fernando de Azevedo: tempos escolares e sociais (Rio de Janeiro, 1927-1930). 2004. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Acesso em: 06 jan. 2024.

# REFERÊNCIAS

TEIXEIRA, A. A municipalização do ensino primário. Revista do Serviço Público, [S. l.], v. 75, n. 3, p. 347-364, 1957. DOI: 10.21874/rsp.v75i03.4276. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/4276>. Acesso em: 26 fev. 2024

TEIXEIRA, A. A Municipalização do ensino primário. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. São Paulo, 1957.

TEIXEIRA, A. O Processo democrático de educação. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. v. 25, n. 62, abr./jun. 1956.

VESSIO, Fernando Barradas. Decorrências da municipalização de ensino em São Caetano do Sul: em questão o compartilhamento de espaços. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação). Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS). São Caetano do Sul, 2019.

VIDAL, D. G. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil - Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

WARSCHAUER, C. Rodas em rede: oportunidades formativas na escola e fora dela. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra. 2001.

WESTIN, R. Para lei escolar do Império, meninas tinham menos capacidade intelectual que meninos. Arquivo S. Brasília, DF: Senado Federal, 20/3/2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/nas-escolas-do-imperio-menino-estudava-geometria-e-menina-aprendia-corte-e-costura> Acesso em: 7 mar. 2024.

Z Aidan, S.; REIS, D. A. F.; KAWASAKI, T. Produto Educacional: desafio do mestrado profissional em educação. Revista Brasileira de Pós-Graduação, [S. l.], v.16, nº 35, p 1-12, 2020. DOI: 10,21713/rbpg,v16i35,1707 Disponível em <https://rbpg.capes.gov.br/rbpg/article/view/1707>. Acesso em: 3 abr. 2024